NARRATIVAS LIBERTADORAS: A EDUCAÇÃO POPULAR COMO FUNDAMENTNO PARA ATUAÇÃO DAS CONSELHEIRAS GESTORAS DA SAÚDE CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Camila Vaz ***Abeche***[1]

RESUMO

O objetivo é tecer articulações críticas sobre os conceitos da educação popular desenvolvida pelas práticas nos conselhos gestores em prol da consciência política e social como fundamento de luta contra violência doméstica. O método adotado foi delineamento qualitativo, tendo Paulo Freire como principal referencial teórico. Esta pesquisa revelou a educação popular é um caminho necessário junto as práticas nos conselhos gestores como forma de consciência em territórios vulneráveis, criando assim, junto às comunidades, ações que fomentem a potencialidade das mulheres e sua autonomia como forma de luta contra a violência. É assim, importante termos cuidados para que os processos de libertação junto às práticas comunitárias não sejam entendidas como viés de subversão e alienação dos sujeitos, perpetuando assim, as violências contra mulheres.

Palavras-chaves: Violência Doméstica; Educação Popular; Paulo Freire; Conselheiras Gestoras.

ABSTRACT

The objective is to weave critical discussions on the concepts of popular education developed through the practices in management councils in favor of political and social awareness as a foundation for the fight against domestic violence. The method adopted was a qualitative design, using Paulo Freire as the main theoretical reference. This research revealed that popular education is a necessary path alongside practices in management councils as a form of awareness in vulnerable territories, thus creating, together with the communities, actions that foster the potential of women and their autonomy as a way to fight against violence. It is therefore important to take care that the processes of liberation alongside community practices are not understood as a form of subversion and alienation of individuals, thereby perpetuating violence against women**.**

Keywords: Domestic Violence; Popular Education; Paulo Freire;[2] Managing Counselors.

[1] Professora da Universidade Metodista de São Paulo, Doutora em Psicologia da Saúde (UMESP). https://orcid.org/0000-0001-9183-5115

INTRODUÇÃO

Tem-se observado que muitas mulheres ainda não têm voz em suas comunidades, sofrendo diversos tipos de violência social, doméstica e as violências em espaços da saúde e político, especialmente em territórios de vulnerabilidade, sendo assim é necessário que sejam desenvolvidas políticas públicas que reforce o poder das mulheres nestas comunidades. (Winters et al., 2018).

Não apenas em comunidades periféricas a violência contra mulher é uma realidade, mas também em espaços políticos as mulheres ainda vivem como "reféns" de discursos patriarcais violentos, como tem acontecido com muitas mulheres da política, como aconteceu com a antiga presidenta Dilma Rousseff, que devido a estrutura política patriarcal foi vítima de impeachment. (Oliveira, 2019), assim como casos de assassinato de mulheres na política, especialmente no caso emblemático de Mariele Franco.

É assim, urgente rever a importância da articulação política de mulheres em espaços diversificados, como forma de luta e empoderamento destas para a articulação junto às comunidades, como acontece em regiões periféricas, em que mulheres, especialmente as racializadas vivem de forma sistemáticas processos de exclusão social, invisibilidades e violências constantes, pois ainda vivemos sob a "ditadura" do patriarcado (Saffioti, 1987). Com isto, a articulação política entre mulheres se faz necessária, pois poderá fomentar discursos em coletivos em prol de uma consciência política democrática, assim como uma nova forma de representatividade política.

Neste sentido, as mulheres têm tido sua participação social e política em espaços de saúde como no SUS, em que articulam ações intersetoriais entre diversos equipamentos da saúde, e em conjunto à movimentos populares, como observamos a ação dos Conselhos Gestores, mesmo que a participação destas ainda tem "esbarrado" por ideologias patriarcais.

> Nessa medida, independentemente do grau de comprometimento individual das conselheiras com as bandeiras propriamente feministas, e a despeito da reprodução nesse universo de concepções que podem naturalizar fenômenos que são resultados de processos históricos, a significativa presença das mulheres nos Conselhos Gestores indica também o papel particular que elas vêm desempenhando na efetivação de direitos sociais, cuja ausência responde pelas dificuldades das mulheres saírem do mundo privado. (Luchmann; Almeida, 2010, p. 92).

Desta forma, mesmo que as mulheres ainda sofram determinados tipos de violência, devido discurso fascistas em espaços políticos (Stanley, 2018), suas ações de empoderamento junto a outras mulheres tem "ecoado" em diversos tipos de ambientes, articulando ações políticas e Psicoeducativas em prol da defesa de mulheres que vivem as violências sociais e domésticas, como aquelas que não tem espaços de falas.

Neste sentido, estas mulheres dos conselhos gestores têm tido uma importância significativa em equipamentos do SUS, desenvolvendo ações políticas e educativas, visto que suas práticas corroboram para uma educação popular. Estas mulheres poderão discutir junto aos coletivos as melhorias e políticas necessárias de acordo com cada território, pois "Os conselhos representam uma inovação, na medida em que as políticas de saúde passam a ser discutidas publicamente e podem incluir as demandas dos usuários do SUS, com possibilidade de construir uma relação democrática entre Estado e sociedade civil" (Oliveira; Pinheiro, 2010, p. 2457).

Há que se compreender assim, que educar a sociedade civil não é uma tarefa simples, nem tampouco apenas da função das escolas, mas de todos, especialmente daqueles que ocupam espaços políticos e de representatividade, visto que em nossa sociedade ainda "carregamos" ideologias machistas, patriarcais e colonialistas (Freyre, 2003).

É assim, urgente que pensemos em uma sociedade menos patriarcal e colonialista, que consiga ouvir as necessidades dos mais vulneráveis, que respeite as diversidades sociais e étnicas, para isto não é utópico pensarmos uma práxis educativa que preze pela libertação, que lute por uma sociedade democrática e humanizada, que ouça o "lamento e choro" dos excluídos e marginalizados, pois é a partir da educação que nos tornamos humanos (Freire, 2024a, p. 26).

Da mesma maneira que há necessidade de uma educação libertadora, que possibilite aos povos uma releitura da realidade que esteja mais atenta às diferenças de classe, e consequentemente às opressões, há também uma necessidade de releitura das crenças colonialistas e patriarcais que nossa sociedade ainda "vive", pois ainda temos em nossa sociedade a crença ideológica que "lugar de mulher é sempre em casa".

São estas ideologias machistas que reforçam o poder da figura masculina, o que corrobora para o discurso de ódio às mulheres, violentando-as e matando, especialmente negras e periféricas (Lapa, 2022).

Desta forma, será por meio de uma práxis educativa libertadora menos opressiva

e aliada às elites como reforça Bourdieu (Nogueira; Nogueira, 2006) que as mulheres nos Conselhos Gestores poderão trazer práticas democráticas e se construírem como "vozes" das comunidades e dos pequenos bairros, e poderem representar os desejos que a parte excluída da sociedade deseja.

A democracia mesmo sendo pauta principal em diversos espaços sociais e políticos, ainda é um sistema que infelizmente se apresenta de maneira "frágil" e que corre o risco de "morrer", visto que tivemos nos últimos anos, vários partidos políticos exaltando com orgulho discursos contra o Estado democrático ao direito como ocorreu em 08 de janeiro de 2023 com tentativa de Golpe de Estado (Mendes; Sanglard; Costa, 2024). São estas ideologias fascistas de determinados grupos que mantem discursos de ódio e exclusão às políticas públicas que exalta o cuidado aos grupos minoritários e aos direitos humanos.

Ocorre que determinados grupos, majoritariamente ligados às elites mantem muitas vezes discursos que exaltam a morte de corpos periféricos, em que a morte de determinados grupos passa ser vista com orgulho (Mbembe, 2018), como se todos estes que vivem na exclusão social estivessem relacionados a crimes, como aconteceu no discurso do Governador do Rio de Janeiro perante a invasão policial nos complexos do Alemão e da Penha, que ficaram conhecidas como "operação contenção", que ocasionou a morte de 120 pessoas (Felix; Vittorazzi, 2025).

Estes tipos de ideologias não surgem de maneira acidental, mas parte de um projeto necropolítico do Estado (Mbembe, 2018), que mantem os desejos de anulação e invisibilidade por parte de uma sociedade elitista e patriarcal que continua matando corpos negros e periféricos, como nos mostra de maneira critica a música "a carne mais barata do mercado é a carne negra" de Elza Soares (2002).

Podemos assim, perceber que estas ideologias são mantidas nos discursos machistas, na cultura que não aceita grupos negros e periféricos em espaços considerados das elites, nas propagandas televisas, nos comportamentos sociais, nos "olhares" de desconfiança quando o sujeito não está "bem-vestido".

Todas estas ideologias são construídas socialmente, sendo que o próprio Estado compactua com estes valores, como os Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 1985). É por meio deste Estado que suas ideologias são transmitidas nos espaços que ocupamos, como forma de "sobrevivência" aos sujeitos excluídos, assimilando assim, que não devem pedir "demais", e sim aceitar pacificamente as exclusões.

Por isto que se faz urgente a mobilização dos movimentos comunitários como forma de discutir, dialogar e reeducar, para que o grupo oprimido entenda a importância como a participação popular, os processos de empoderamento de quem se encontra "à margem" da sociedade, pois se não tivermos projetos por uma educação emancipadora e libertadora, teremos grupos de pessoas marginalizadas desejando o lugar do opressor.

> O grande problema está em como poderão os oprimidos, que "hospedam" o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram "hospedeiros" do opressor poderão contribuir para o partejamento da sua pedagogia libertadora. (Freire, 2023, p. 43)

Por isto não é utópico o desejo por uma sociedade mais justa e democrática, em que as comunidades periféricas estejam unidas de maneira solidária e participativa, em prol de que todas as mulheres, que de alguma forma sofrem ou já sofreram violências, sejam verdadeiramente ouvidas. Isto não é envolve apenas ouvir, mas acolher de maneira humanizada e sensível, sem julgamentos morais, por meio de ações comunitárias, como nos ensina a educação popular. A utopia de uma nova forma de sociedade mais justa e democrática é feita no dia a dia, nas relações humanas que são construídas todos os dias, desde a comunidade, até de maneira mais ampla, nas cidades, e assim podemos exercer de maneira autêntica o poder de nossa cidadania.

> Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política, e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem fazemos. A política dos gastos públicos, a política cultural e educacional, a política de saúde, a dos transportes, a do lazer (Freire, 2024a, p. 29).

É emergente assim, criarmos estratégias libertadoras, como ações em coletivos, nas pequenas comunidades, para assim, seja possível uma verdadeira mudança cultural, em que todas as mulheres, negras, periféricas, indígenas, imigrantes possam dialogar sobre as violências que veem e sentem na pele e percebam a relação desta com o patriarcado. É importante que mulheres percebam que a relação entre violência e patriarcado é histórica (Del Priore, 2020), como mostra a construção da sociedade brasileira.

A história, infelizmente negligenciou durante muito tempo a trajetória dos povos negros, que foi baseada na violência, que foi "naturalizada" contra estes, especialmente com as mulheres negras, que sofrem, mesmo hoje os reflexos do racismo, sendo ainda vistas como objeto sexual, por isto a importância de termos consciência sobre a falácia da democracia racial (Gonzalez, 2020, p. 184).

Tendo em vista que o patriarcado não morreu, ainda temos, em muitos casos a "última" palavra do homem, que exercendo seu poder, muitas vezes por meio da força física, mantem mulheres caladas pelo sentimento do medo, o que as faz desistirem das denúncias. Por isto é tão importante a ação de coletivos de mulheres, como os conselhos gestores, para que possamos desmistificar a noção de culpa da vítima, e abordar temas como violência, patriarcado, poder, e o feminismo, especialmente o feminismo negro.

> A institucionalização dos Estudos de Mulheres ajudou a espalhar a notícia sobre o feminismo. Ofereceu um local legítimo para conversas ao proporcionar um grupo contínuo formado por mentes abertas. Estudantes que frequentavam aulas de Estudos de Mulheres estavam lá para aprender. Queriam saber mais sobre o pensamento feminista. E foi nessas aulas que muitas de nós acordamos politicamente. Cheguei ao pensamento feminista desafiando a dominação masculina em nosso lar patriarcal (Hooks. 2018, p. 36).

Muitas instituições de poder, como espaços jurídicos continuando reforçando o poder do patriarcado, como em situação de julgamento de homens nos casos de feminicídio culpabilizam a mulher vítima, o que corrobora para a lógica do machismo tão ativo em nossa sociedade. Desta maneira, as leis e o direito são ferramentas que foram desenvolvidas a partir dos interesses do patriarcado, ou seja, homens brancos (Borges; Lucchesi, 2015).

É fato que o patriarcado continua "vivo" nas relações, mas é urgente dialogarmos para entendermos que são atitudes patriarcais que contribuem para casos de violências contra mulheres, especialmente os casos de feminicídios. Por isto é preciso que se criem espaços para nos ouvirmos, e assim assimilarmos que temos direitos, que somos cidadãs, que merecemos afetos verdadeiros, cuidados plenos e um mundo mais justo, pois se o Estado não cumpre suas funções, a sociedade deve se mobilizar pelo que é a democracia, o que não quer dizer que devemos aceitar a negligência deste (Freire, 2024a, p. 27).

Para além de dialogar no coletivo, é importante discutir sobre o que é e o que envolve viver em um país verdadeiramente democrático e que respeite suas leis, independente de gênero, raça e condição social. Precisamos fazer com que exista uma práxis em que mulheres vivam de maneira autêntica o feminino junto ao coletivo, sendo participantes ativas e políticas, sem considerar a participação popular como algo imoral (Freire, 2023, p. 93).

Esta deve ser a educação aliada ao cuidado democrático, unindo com temáticas femininas e feministas. Assim, o processo de emancipação e consciência crítica passa

por um percurso de libertação de sua negatividade, que segundo Freire é um caminho em que, especialmente os povos latinos devem sair da posição de ingenuidade, para uma posição mais crítica e ética (Dussel, 2000, p. 435).

EDUCAÇÃO POPULAR COMO FORMA DE EMPODERAR A DEMOCRACIA

O que temos visto na atualidade é a presença constate de ideologias perversas e machistas, que em nossa sociedade é "sinal" de uma sociedade em colapso e que está falindo, especialmente quando se trata de direitos humanos em comunidades periférica, com corpos negros. A violência contra a mulheres tem siso compreendida de maneira naturalizada, como observamos nos discursos sociais e da mídia, que explora a mulher vista pelo patriarcado como "vulgar", e assim a sociedade autoriza o corpo desta ser violado, assim como o processo de culpabilização destas.

> Quando uma mulher é morta por seu companheiro, ou ex, a mídia e a justiça atribuem a morte a uma briga de casal que deu errado. Porém, quando existe uma política de estado deliberadamente machista, que 'coisifica' a mulher, prega a sua submissão, e trata do seu assassinato como algo normal, fruto do descontrole do casal, isso é feminicídio. Quando se mata a mãe do seu filho e manda esquartejá-la para não pagar pensão alimentícia, também é feminicídio (...) (Barros; Silva, 2019, p. 315)

O fato que piora estas violências, além da falta de justiça social, é que a sociedade ainda acredita existir uma democracia nos casos de violência, o que não é real, visto que a lógica eurocêntrica e colonialista mantem mulheres silenciadas, mesmo sendo a democracia e justiça um direito de todas, mas infelizmente, o Estado legitima tratamentos diferenciados e privilégios, especialmente para homens brancos da elite, e financeiramente dominantes, como acontece em casos de homens que em nome da legítima honra matam, que até 2023 ainda era usado para justificar casos de feminicídio.

Mas em julho de 2023, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tornou inconstitucional a tese de legitima defesa da honra, que era uma forma patriarcal de justificar os casos de feminicídio. Os votos das Ministras Carmem Lúcia e Rosa Weber foram importantes e apontam que mulheres estão conquistando cargos de poder e ajudando na luta contra discursos patriarcais que ainda reverberam em nosso país (Resende, 2023).

Por isto que a saúde deve estar aliada há um cuidado democrático, assim como a justiça à lei, mas quando pensamos na Constituição, também devemos relacionar ao processo Democrático de direito, mas há que se revelar as "faces" ocultas do que se entende por Estado Democrático. Muitas vezes a verdadeira democracia coloca em risco

outros interesses, como o poder da classe dominante e suas ideologias do Estado (Althusser, 1985), o que corrobora a manutenção das situações de opressões aos grupos minoritários (Leonel Junior; Gouvea Filho, 2025, p. 311)

Pensar em democracia é entender que todos nós, independente de classe, gênero e condição social temos os mesmos direitos, e assim deve funcionar a lei, sendo respaldada na Constituição de 88, por isto é preciso respeitar a necessidade da liberdade de todos, como mostra Martín-Baró (2017) quando traz as questões de liberdade e sua relação com a política.

Será possível pensar a democracia para mulheres? Como desenvolver o coletivo de conselheiras gestoras como uma forma de práxis democrática?

Martín-Baró, como psicólogo da libertação trouxe importantes contribuições sobre o trabalho político dos sindicatos e a forma como estes se desenvolviam para impor suas necessidades sociais e políticas, muitas vezes contra a classe dominante. (2017, p. 63). Da mesma forma que os sindicatos, enquanto movimentos sociais, trazem reinvindicações para melhorar as relações trabalhistas, os conselhos gestores da saúde também atuam em conjunto à comunidade como forma de aliança política para transformação social e mudança territorial, sendo a violência contra a mulher uma temática urgente para ser abordada junto à comunidade para uma consciência política.

Sendo assim, é importante pensar que a educação popular irá possibilitar discussões sobre as nuances da democracia, e que esta não permite a "liberdade" de oprimir grupos vulneráveis, como nos mostra Freire (2024a, p. 40). É assim, necessário salientar que a educação passa pelo processo democrático que permite o pensamento crítico, e assim, não é possível desenvolver uma educação popular neutra.

> É exatamente esta necessidade de ir mais além de seu momento atuante ou do pensamento em que se realiza _ diretividade da educação _ que, não permitindo a neutralidade da prática educativa, exige do educador a assunção, de forma ética, de seu sonho, que é político. Por isto, impossivelmente neutra, a prática educativa coloca ao educador o imperativo de decidir, portanto, romper e de optar, tarefas de sujeito participante e não de objeto manipulado. (Freire, 2024a, p. 81).

Com isto, é urgente pensarmos nos processos políticos que influenciam nossas relações sociais, e como estas relações impactam a forma como vivemos e como temos acessos (ou não) às políticas públicas, especialmente àquelas desenvolvidas aos grupos minoritários. Neste sentido, temos observado como determinados valores e ideologias sociais vinculadas a pautas da direita tem impactado a vida de mulheres, como em

situações de violência domésticas e em casos da necessidade e desejo pelo aborto, sendo muitas vezes usado como forma de criminalização destas, o que piora a situação de sofrimento e vulnerabilidade social (Luna; Porto, 2023).

Por isto, a educação popular deve ser cuidadosamente direcionada aos direitos humanos, conforme a Constituição de 88, que se faz a partir do processo democrático do direito ao voto. O povo assim, deve decidir a partir do voto quem será o cidadão e partido político que cuidará dos direitos do povo, e assim, deve-se cuidar para que os processos de discussão política não validem os sistemas autoritários que oprimem grupos vulneráveis, visto que há ainda uma forte aliança no Brasil com ideologias racistas, visto que "O autoritarismo está de tal modo interiorizado nos corações e mentes que ouvimos com naturalidade a pergunta: ―sabe com quem está falando? sem nos espantarmos de que isso seja o modo fundamental de estabelecer a relação social como relação hierárquica. (...) (Chaui, 2013, p. 160).

Da mesma forma, o processo de escolhas dos conselheiros gestores devem estar em consonância aos interesses do cidadão e da noção do bem viver, especialmente quando se trata dos cuidados e direitos das mulheres, por isto a educação popular não deve ser apenas de um lado, mas também pensada no bem-viver das conselheiras de saúde, que deve ser pautada em uma educação politizada, com espaços de discussão sobre o que envolve o bem-viver, as políticas de cuidado, a "boniteza" do que envolve o viver de maneira ética e justa, não sendo a liberdade do pensamento critico compreendido como subversão, mas como a urgência de uma utopia em prol da justiça para todas (Freire, 2024b).

Neste sentido, a educação não envolve apenas o processo de letramento do sujeito analfabeto, mas também, e de maneira urgente o processo da liberdade de pensar e a compreensão de seu lugar no mundo, visto que (...) A educação das massas se faz, assim, algo absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida de roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e libertação (...) (Freire, 2024b, p. 52).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é necessário pensarmos como se faz urgente a educação popular devido ao crescimento de casos de violência doméstica, a partir de uma educação voltada para a Libertação que dialogue com uma sociedade mais justa e

democrática. Esta educação libertadora deve ultrapassar o processo de letramento, e possibilitar que grupos de conselheiras gestoras em conjunto com os territórios criem estratégias em que mulheres tenham a consciência crítica sobre a urgência de um bem-viver voltado à justiça e cidadania.

Freire nos faz pensar sobre a boniteza de viver em espaços justos, em que todos, independente da condição social e de gênero possam viver uma vida digna e livre das ideologias patriarcais e misóginas, produzindo assim novos conhecimentos sobre o que envolve a verdadeira democracia como estratégia de fortalecimento dos territórios vulneráveis.

É assim, importante a reflexão sobre a possibilidade de luta por uma sociedade em que a justiça não seja apenas uma utopia, mas que seja vivida na práxis do dia a dia e neste sentido Freire nos ensina em cada uma de suas palavras a beleza de se fazer uma educação voltada para uma vida livre politizada, em que a justiça social se faça presente.

Desta forma, a práxis dos conselhos gestores se faz necessária em cada território, respeitando suas culturas e modos de vida, visto que, é a partir da educação popular que a consciência política poderá deixar de ser apenas um sonho e se tornar uma práxis que se vive todos os dias.

Para que tudo isto seja possível, é importante revermos nossas ideologias e valores, e assim, lutarmos por políticas publicas de acesso aos direitos das mulheres, sendo uma das estratégias a educação popular junto às práxis das conselheiras gestoras. Esta reflexão é apenas o primeiro passo para compreendermos como tem se desenvolvido na prática a ação dos conselhos gestores nas comunidades e de que forma tem sido pensado projetos políticos para uma maior consciência política sobre o lugar da mulher diante das violências.

Neste sentido, é sempre importante termos cuidados para que os processos de libertação junto às práticas comunitárias não sejam entendidas como viés de subversão e alienação dos sujeitos, perpetuando assim, as violências contra mulheres.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE).** 6º ed. Campinas: Graal, 1985

BARROS, Ana Luíza; SILVA, Guilherme Augusto Giovanoni da. FEMINICÍDIO: o papel da mídia e a culpabilização da vítima. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 22, 2019. Disponível em: https://jefvj.emnuvens.com.br/jefvj/article/view/729

BORGES, Clara Maria Roman.; LUCCHESI, Guilherme Brenner. machismo no banco dos réus. Uma análise feminista crítica da política criminal brasileira de combate à violência contra a mulher. **Revista de Faculdade de Direito**, v.60, n3, p. 217-247, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380 /rfdufpr.v60i3.41788

CHAUÍ, Marilene. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, v.*15, n.*2, 149–161, 2013. Disponível em: https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24574

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras. Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000.** São Paulo: Planeta, 2020.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação. Na idade da globalização e exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FÉLIX, Thiago; VITTORAZZI, Davi. **O que disseram moradores sobre violência policial na megaoperação no RJ.** Acesso em: O que disseram moradores sobre violência policial na megaoperação no RJ | CNN Brasil

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024a

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 57 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024b.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48 ed. São Paulo: Global. 2003.

GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo afro-latino-americano. Ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo. Políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LAPA, Regina Célia Rodrigues. GÊNERO, POBREZA E RAÇA: INVESTIGANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e**

Educação, *[S. l.]*, v. 8, n. 3, p. 741–756, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i3.4636. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4636

LEONEL JÚNIOR, Gladstone; GOUVÊA FILHO, Josué Alves. Democracia, Constituição e Partido: para uma crítica marxista à concepção liberal de democracia. **REVISTA QUAESTIO IURIS**, *[S. l.]*, v. 17, n. 4, p. 303–325, 2025. DOI: 10.12957/rqi.2024.89029. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/89029

LUNA, Naara.; PORTO, Rozeli. Aborto, valores religiosos e políticas públicas: a controvérsia sobre a interrupção voluntária da gravidez na audiência pública da ADPF 442 no Supremo Tribunal Federal**. Dossiê Religião e Políticas Públicas**, n.43, v.1, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0100-85872023v43n1cap06

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia. Estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MENDES, Conrado Moreira; SANGLARD, Fernanda Nalon; COSTA, Verônica Soares da. Desinformação e implicações para a democracia: reflexões a partir dos atentados de 8 de janeiro. **Estudos Semióticos**, São Paulo, Brasil, v. 20, n. 2, p. 119–136, 2024. DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2024.218951. Disponível em: https://revistas.usp.br/esse/article/view/218951.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio M. Martins**. Bourdieu e a Educação.** 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Conde De; PINHEIRO, Roseni. A participação nos conselhos de saúde e sua interface com a cultura política. **Ciência e saúde coletiva**, n. 15, v. 5, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000500020

Lüchmann, L.H.H.; Almeida, C.C.R. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. **Espaço Temático: Desigualdade e Gênero. Rev. katálysis** n.13, v 1. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100010

OLIVEIRA, Kamila Pagel de. A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras. **Cadernos da Escola do Legislativo**, *[S. l.]*, v. 16, n. 26, p. 11–49, 2019. Disponível em: https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/cadernos-ele/article/view/134

RESENDE, Rodrigo. **STF decide proibir uso da tese de legítima defesa da honra em casos de feminicídio.** Radio Senado, 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/1/

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

STANLEY, Jason. **Como funciona o Fascismo: a política do "nós" e "eles".** Porto Alegre: L&PM, 2018.

WINTERS, Joanara Rozane da Fontoura et al. O empoderamento das mulheres em vulnerabilidade social **Referência: Revista de Enfermagem**, vol. IV, n. 18, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388257566010